

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução.....	1
1 Jurisdição e Precedente Judicial.....	5
1.1 Elementos do Precedente.....	12
1.2 Delimitação Positiva do Precedente.....	15
1.2.1 Deveres de integridade e coerência.....	16
1.2.2 O rol do artigo 927 do Código de Processo Civil.....	20
1.3 A Ratio Decidendi	26
1.4 O Obiter Dictum	29
1.5 A Doutrina do Stare Decisis.....	31
2 Eficácia do Precedente	37
2.1 Caráter Persuasivo	38
2.2 Caráter Vinculante.....	40
2.3 Dever de Observância.....	43
2.3.1 Vinculação horizontal	44
2.3.2 Vinculação vertical	46
2.3.3 Vinculação da arbitragem.....	49
2.3.3.1 Arbitragem “de direito”	51
2.3.3.2 Equidade, usos e costumes.....	53
2.3.3.3 Princípios gerais do direito	55
2.4 Técnicas de Afastamento do Precedente.....	57
2.4.1 Distinguishing.....	57
2.4.2 Overruling	61
2.4.2.1 Overriding	66
3 O Fenômeno da Inconstitucionalidade	69
3.1 Critérios Definidores da Inconstitucionalidade	77
3.1.1 Inconstitucionalidade formal e material.....	77

3.1.2 Tipo de conduta do objeto.....	79
3.1.3 Extensão da inconstitucionalidade em relação ao enunciado normativo.....	81
3.2 Critérios de Definição do Controle de Constitucionalidade Jurisdicional.....	82
3.2.1 Momento do controle de constitucionalidade	83
3.2.2 (Des)vinculação da inconstitucionalidade a relações jurídicas específicas.....	85
3.2.3 Tipo de pretensão deduzida em juízo	86
3.2.4 Competência jurisdicional.....	87
3.3 Inconstitucionalidade e Invalidade.....	89
3.3.1 Modulação dos efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade	94
3.3.2 Inconstitucionalidade superveniente	98
3.4 Determinações de Significado no Reconhecimento da (In)Constitucionalidade	100
3.4.1 Inconstitucionalidade do enunciado normativo.....	102
3.4.2 Inconstitucionalidade de (re)construções normativas.....	103
3.5 Expressão da Inconstitucionalidade como Ratio Decidendi.....	105
4 Repercussões Processuais da (In)Constitucionalidade como Conteúdo do Precedente.....	111
4.1 Influência da Forma de Declaração da Inconstitucionalidade	112
4.1.1 Inconstitucionalidade reconhecida em controle concentrado	112
4.1.2 Inconstitucionalidade reconhecida em controle difuso	119
4.1.2.1 Atuação do Senado Federal	121
4.1.2.2 Mutação constitucional da norma contida no art. 52, inciso X, da Constituição	129
4.1.2.3 Efeito vinculante no controle difuso.....	134
4.2 A Declaração de Constitucionalidade	135
4.2.1 Aspectos temporais da declaração de constitucionalidade.....	141
4.3 A Inconstitucionalidade por Omissão	146
4.3.1 Omissão total.....	146
4.3.2 Omissão parcial.....	152
4.4 Coisa Julgada Inconstitucional.....	154

4.4.1 Coisa julgada.....	155
4.4.2 Relativização da coisa julgada pela inconstitucionalidade	158
4.4.3 Modulação dos efeitos temporais	163
Considerações Finais.....	167
Referências	173